




# Câmara Municipal de Cambé

*Estado do Paraná*

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,  
Tributação, Redação de Leis, Apreciação de Contas do Município e Veto.

Cambé, 04 de Junho de 2019.

## PROJETO DE LEI Nº 22/2019

	Câmara Municipal de Cambé Estado do Paraná
PROTÓCOLO Nº	5071 / 2018
Recebido em:	04/06/19 às 14:48
Protocolista	Jaqueline

**SÚMULA:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 38.090,00 (Trinta e oito mil, noventa reais), destinados à inclusão de elemento de despesa orçamentária na Lei nº 2.938/2018 de 27 de Dezembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual 2019.

**Autoria:** Executivo Municipal

## I – RELATÓRIO E IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

O Projeto de Lei ora analisado, de autoria do Executivo Municipal, visa a inclusão de elemento de despesa 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica, abrindo Crédito Adicional Especial de até R\$ 38.090,00 (Trinta e oito mil e noventa reais) no corrente exercício financeiro, com a finalidade de cobrir despesas da Autarquia Cambé Previdência, não constantes da Lei orçamentária vigente.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância com o Art. 36, I, alínea “a”, do Regimento Interno desta Casa, opinar a respeito dos aspectos constitucionais, jurídicos, legais e regimentais das proposições.

O presente Projeto de Lei busca autorização para a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de até R\$ 38.090,00 (Trinta e

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*



# *Câmara Municipal de Cambé*

*Estado do Paraná*

*CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,  
Tributação, Redação de Leis, Apreciação de Contas do Município e Veto.*

oito mil e noventa reais), visando a realização de despesas da Autarquia Cambé Previdência.

De acordo com o Art. 41, da Lei nº 4.320, de 17 de Março de 1964, temos como tipos de créditos: os suplementares – quando se destinam ao reforço da dotação orçamentária; os especiais – são os destinados para despesas as quais não haja dotação específica; e os extraordinários – aqueles destinados a despesas urgentes e imprevistas.

O Projeto de Lei em epígrafe trata de abertura de crédito adicional especial, uma vez que a Lei orçamentária vigente não contempla dotação ao fim a que se aplica. O Art. 42 da Lei acima citada, preceitua que, tanto os créditos especiais, quanto os suplementares, serão autorizados por meio de Lei e abertos por decreto executivo.

Demonstra-se, em atendimento ao disposto no Art. 43, da Lei nº 4.320/64, que os recursos para atender à abertura do crédito adicional especial serão provenientes de anulação total ou parcial do elemento de despesa 3.3.90.39, advindo de serviços de terceiro – pessoa jurídica.

O referido Projeto de Lei apresenta Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, encontrando-se em acordo com a exigência do Art. 16, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

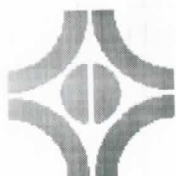
Verifica-se, portanto, que a presente propositura atende aos requisitos da Lei Federal, estando em consonância com o ordenamento jurídico pátrio.

Desta forma, a matéria não encontra óbice legal ou constitucional, uma vez que é de competência exclusiva do Prefeito, fundamentando-se no Art. 39, IV, da Lei Orgânica, a iniciativa de leis que versem a respeito de matéria orçamentária, autorizando a abertura de créditos ou concedendo auxílios e subvenções.

### **III – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Trata-se de Projeto de Lei autorizativo para criação de Crédito Adicional Especial, o qual inexistem óbices quanto a iniciativa legislativa do Poder Executivo.

Neste entendimento, em virtude da Constitucionalidade e Legalidade do referido Projeto de Lei, esta relatoria posiciona-se **FAVORAVELMENTE** à apreciação, discussão e votação da presente propositura em Plenário.



# *Câmara Municipal de Cambé*

*Estado do Paraná*

*CCJ – Comissão de Constituição, Justiça, Legislação, Orçamento, Finanças,  
Tributação, Redação de Leis, Apreciação de Contas do Município e Veto.*

## **IV – DECISÃO DA COMISSÃO**

☒ FAVORÁVEL

☐ DESFAVORÁVEL

**RELATOR: José Luis Dalto**

**PRESIDENTE: Leonildo Aparecido Julião**

**REVISORA: Fátima Regina Serpeloni Hauly**